

Notícias do dia 16 de agosto



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Quinta-Feira, 17 de Agosto de 2023

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TCE - GO

Ipasgo contrata escritório de Lara por R\$ 9 milhões..... 3

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO

Papo político: contrato do IPASGO com o Presidente da OAB-GO..... 6

JUSREAL - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado sinaliza que não permite corrupção e cancela contrato de R\$ 9 milhões com escritório de Rafael Lara 7

Ipasgo contrata escritório de Lara por R\$ 9 milhões

Fabiana Pulcineli [fabiana.pulcineli\(S\)opopular.com.br](mailto:fabiana.pulcineli(S)opopular.com.br)

Em um dos primeiros atos após a mudança de natureza jurídica para serviço social autônomo (SSA), o Ipasgo Saúde - órgão de assistência dos servidores públicos do Estado de **Goiás** - fechou contrato, com inexigibilidade de licitação, sem aprovação em conselho e sem publicação no Portal de Transparência, com o escritório do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil -Seção **Goiás** (OAB-**GO**), Rafael Lara, no valor de R\$ 9 milhões.

O contrato foi assinado em 10 de agosto, com o escritório Lara Martins Sociedade de Advogados, para "prestação de serviços jurídicos para gestão do litigioso cível, trabalhista e contencioso administrativo" do Ipasgo, pelo período de três anos. Segundo o Ipasgo, há cerca de 2,5 mil ações em curso atualmente. Não foi informado o valor envolvido nos processos.

Deputados da oposição e servidores criticam o contrato. Alegam que deveria haver licitação ou cotação no mercado, que o valor é inadequado e desnecessário, e que não houve consulta ao funcionalismo. Nos bastidores, acusam ainda "troca de favores" no acerto.

O Ipasgo era autarquia do Estado e virou SSA em 20 de abril deste ano. com a sanção de lei (nQ 21.880) proposta pelo governador **Ronaldo Caiado** (UB). A mudança da natureza jurídica foi uma das últimas missões da ex-procuradora-geral do Estado (P-GE) Juliana Prudente no governo, antes de deixar o cargo para concorrer a desembargadora do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-**GO**) em vaga da OAB. Ela foi a primeira colocada em uma das três listas da advocacia e no TJ-**GO**, e nomeada por Caiado para o cargo em 5 de junho.

A lei estabelece que, com a nova natureza, o órgão deverá instalar o Conselho de Administração - órgão superior de consulta e deliberação, composto por cinco integrantes indicados pelo governo (quatro nomes mais o presidente) e quatro do funcionalismo - e criação de novo estatuto e regulamento. Três meses após a entrada em vigor da lei (no dia 1º de maio), o conselho ainda não foi criado.

Enquanto isso, as decisões são tomadas pelo

presidente. Vinícius Luz, que está prestes a deixar o cargo. O POPULAR mostrou em 10 de agosto que o general da reserva do Exército José Orlando Ribeiro Cardoso, ex-presidente da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios (Postal Saúde), assumirá a função e já vem realizando reuniões de transição no SSA.

Vinícius diz que a entidade está perdendo seu corpo próprio de assessoria jurídica e era preciso contar com um escritório de "notório saber" de forma emergencial. Conforme a lei, os servidores efetivos do antigo instituto serão absorvidos em outros órgãos do Estado. O presidente afirma que o quadro de procuradores que atuam na ex-autarquia encerra os trabalhos nesta quinta-feira (17).

Questionado sobre a possibilidade de abrir cotação no mercado e contratar a oferta de menor preço, ainda que com os critérios de capacidade, experiência e notório saber, Vinícius respondeu: "Em uma empresa deste tamanho, com 2,5 mil processos, que gere a vida de 600 mil pessoas, não posso contratar qualquer escritório. Eu quero um escritório que tenha respeito do Judiciário, que realmente tenha capacidade de fazer a gestão de contencioso desse porte. Não é qualquer um", afirmou.

Na mesma linha, Rafael Lara ressaltou a "expertise" de seu escritório (leia mais na página 5).

Vinícius diz que a decisão foi unicamente dele, sem ordens superiores ou qualquer influência externa. Sobre o fato de não haver publicação do processo de inexigibilidade nem dos detalhes do contrato no site do Ipasgo, ele afirmou que, no processo de transição, a entidade teve de deixar de utilizar os sistemas de gestão estadual e ainda vai contratar um novo software para os serviços. A compra será com cotação no mercado e oferta de menor preço, segundo o presidente.

A lei do Ipasgo Saúde obriga a entidade a "promover a transparência ativa", com publicação mensal, em site próprio, de balancete contábil-financeiro, além de dados como estatísticas dos serviços, prestação de contas sobre emprego legal dos recursos e relatório de cumprimento dos regulamentos.

A lei também estabelece que o governo de **Goiás**,

com o qual o SSA terá contrato de gestão, poderá realizar aportes financeiros em caso de desequilíbrio entre receitas e despesas assistenciais relativas aos servidores.

Julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) apontam para a necessidade de realização de "procedimento simplificado de licitação" para contratações de SSAs. A lei do Ipag Saúde também fala em obrigatoriedade da "observância dos princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade e publicidade, bem como do atendimento aos preceitos constitucionais".

CRÍTICAS

Depois de procurado pelo POPUIAR para comentar o contrato, o deputado Mauro Rubem (PT) levou o assunto à tribuna da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** na tarde desta terça-feira (15). A reportagem, ele falou que a despesa com o escritório de advocacia é um gasto "excessivo e desnecessário" e criticou a falta de consulta ao funcionalismo.

"Foi uma decisão unilateral, que não envolveu os financiadores do Ipag, que são os servidores. O governo Caiado está entregando o Estado para os seus grupos particulares. O Ipag não dá conta de pagar essa farra que o Caiado quer", afirmou o parlamentar. Mauro foi contrário à lei que criou o SSA e promoveu audiências públicas na **Alego** para discutir a proposta.

A deputada Bia de Lima (PT), que também representa o funcionalismo, falou da preocupação com os rumos do Ipag, reclamou da falta de consulta aos servidores, e reafirmou a acusação de privatização da entidade.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de **Goiás** (Sindipúblico), Nylo Sérgio José Nogueira Junior, afirma que o contrato "mais do que nunca deveria ter sido submetido ao Conselho de Administração". "O dinheiro do Ipag é do usuário, não do governo. Este ato unilateral, sem passar pelo Conselho de Administração, é coisa de monarquia. O Ipag não pode ser usado a bel-prazer do presidente. Qualquer contrato, de um centavo que seja, tem de ser levado ao conselho", defende.

Ex-presidente do Ipag, Jeovane Correia, que acompanhou de perto as discussões sobre a mudança na lei, afirma não ver necessidade deste valor para um escritório de advocacia e também citou a falta de aprovação do colegiado.

Vinícius afirmou que a formação do Conselho está a

cargo da **Controladoria Geral do Estado** (CGE) e que os nomes já foram indicados pelo funcionalismo e pelo governo, mas alguns não teriam atendido aos requisitos legais. Não há previsão para a instituição do grupo.

Com a mudança na lei, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) passará a regular o Ipag, em um processo de transição que pode levar dois anos. Os representantes do funcionalismo falam em rejeição de aumento dos valores e não adoção das mesmas regras dos atuais planos. O governo de **Goiás** também já afirmou que pode bancar os custos de adesão ao ANS, calculados em R\$400 milhões.

Quando propôs a lei, o governo Caiado alegou que houve determinação do Tribunal de Contas do Estado (**TCE-GO**) e de que se tratava do melhor modelo após estudos e consultas a outros estados. O tribunal informou que determinou apenas que o balanço do Estado não inclua recursos da arrecadação do Ipag, que têm destinação própria, e propôs alternativas para a exclusão.

IMÓVEL

Deputados da oposição também criticaram a compra de imóvel no Setor Bela Vista, em **Goiás**, feita pelo Ipag no último dia 2, a custo de R\$11,1 milhões. O prédio de sete andares, em terreno de 840 metros quadrados, foi adquirido da empresa Encore Empreendimento Bela Vista.

Mauro Rubem citou que a empresa era do marido de Juliana Prudente e que houve "atropelo" do Conselho de Administração para a compra. O deputado afirmou que haverá "ações judiciais" questionando os contratos do SSA.

Vinícius Luz diz que o prédio será utilizado para instalação de Ipag Clínica de Saúde Mental e para Centro de Oncologia, além de outras demandas da entidade. Segundo ele, haverá "**economia** gigante" para a entidade.

O presidente afirma que Maurício Prudente já saiu da empresa desde 2021 e que nunca tratou do assunto com a PGE. "A pesquisa de imóveis foi iniciada pela própria equipe de saúde mental, de Campinas, e o imóvel atende a todas as demandas do Ipag", disse Vinícius Luz.

Após saber de contrato pela reportagem, o deputado Mauro Rubem (PT) denunciou no plenário da Assembleia Presidente da OAB fala em expertise exclusiva

Fabiana Pulcineli fabiana.pulcineli@o popular.com.br

"Quais outros escritórios têm expertise em gestão de massa, de uma carteira de 2,5 mil processos, e especialidade em saúde? Só o meu junta esses dois fatores", afirma o advogado Rafael Lara, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil -Seção **Goiás** (OAB-**GO**), ao comentar a contratação de seu escritório, ao valor de R\$ 9 milhões por três anos, para prestar serviços ao Serviço Social Autônomo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (I-pasgo Saúde).

Lara afirma que já tem experiência e estrutura para lidar com grande volume de ações e que tem uma sócia especialista na área de saúde, com pós-graduação no Einstein. "Se um plano de saúde (iniciativa privada) procurar essa expertise no mercado, a chance de contratar escritório de fora de **Goiás** seria grande", diz.

Sobre os questionamentos a respeito da não aprovação por Conselho de Administração do Ipasgo, ele afirma que não pode responder pela gestão da entidade, mas que a questão emergencial - diante da demanda e perda do corpo jurídico na transição para a SSA - justifica a contratação.

Já sobre julgados que apontam exigência de licitação, Lara afirma conhecer algumas decisões, mas que a aplicação depende de cada caso.

"A depender do tipo de verba e custeio que o serviço tem, temos julgados neste sentido. Mas especialistas poderiam falar melhor do caso específico. Eu não tenho interesse em atuar com qualquer tipo de ilicitude. A grande maioria dos casos do escritório é da iniciativa privada, que é a maneira que a gente enxerga o Ipasgo hoje. E temos renome de mercado se consultarem na iniciativa privada. Isso há muitos anos, muito antes de eu ser presidente da Ordem." Lara também diz que o valor de R\$ 9 milhões é "muito barato" em relação à realidade do mercado. "Impressiona se dividem por três anos e chegam ao valor mensal, mas são R\$ 100 por pasta e isso para a realidade do mercado é muito barato. Eu fico até indignado com as críticas sobre o preço deste contrato." O advogado rebate as especulações de influências para a nomeação da ex-procuradora-geral do Estado Juliana Prudente para desembargadora do Tribunal de Justiça de **Goiás**. "Zero, zero. Quando eu soube que o Ipasgo ia ter ceirizar o jurídico, salvo engano a Juliana já estava até nomeada. Não participei, não tenho vocação para esse tipo de coisa." Segundo informações do funcionalismo, a maior parte das ações contra o Ipasgo é simples e diz respeito a demandas por atendimentos ou procedimentos específicos. Lara diz que são vários tipos de ações e que algumas são complexas, em valores de até R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões.

"Tem de tudo. E é bom ressaltar que meu contrato não tem êxito. Não tenho cláusula de sucesso. Se eu fizesse um contrato para defender um processo desse específico, provavelmente estaria recebendo por ele o que estou recebendo por mês para cuidar de 2,5 mil."

"Quais outros escritórios têm expertise em gestão de massa, de uma carteira de 2,5 mil processos, e especialidade em saúde? Só o meu junta esses dois fatores" Rafael Lara, presidente da OAB-**GO**

Site: <https://opopular.com.br/digital/16-agosto-2023/10-caderno>

Papo político: contrato do IPASGO com o Presidente da OAB-GO

TAGS: POLÍTICA, IPASGO, RAFAEL LARA,
PRESIDENTE DA OAB-GO, PORTAL DE
TRANSPARÊNCIA, SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO,
GOVERNO DE GOIÁS, PRIVATIZAÇÃO

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2023/08/16/RDIOCBNGOINIA
971FMGOINIAGO-09.50.15-10.00.43-1692194475.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2023/08/16/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-09.50.15-10.00.43-1692194475.mp3)**

Caiado sinaliza que não permite corrupção e cancela contrato de R\$ 9 milhões com escritório de Rafael Lara

julliana

Decisão foi tomada após forte pressão de comissão de advogados ligados à oposição

O governador Ronaldo Caiado determinou, nesta quarta-feira (16), a suspensão do contrato de R\$ 9 milhões firmado pelo Ipasgo Saúde com o escritório Lara Martins Advogados, do presidente da OAB, Rafael Lara. O escritório ficaria responsável pelas demandas jurídicas do instituto.

De acordo com informações dos bastidores obtidas com exclusividade pelo Jus Real, uma comissão de advogados ligados à oposição questionou a validade jurídica do contrato na **Assembleia Legislativa de Goiás (Alego)** e no Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). A corregedoria do Ipasgo e o **Tribunal de Contas do Estado** também foram oficializados.

Após forte pressão do grupo, o governador Ronaldo Caiado decidiu cancelar o contrato.

Em nota enviada à imprensa, a Secretaria de Comunicação do Governo informou que Caiado só tomou conhecimento do fato hoje pela imprensa. Além disso, o governador determinou à direção do Ipasgo que o Conselho de Administração seja nomeado imediatamente para que a contratação de serviços advocatícios seja, antes, submetido à avaliação do colegiado para que delibere, juntamente com o presidente do instituto, sobre a pertinência e o modelo de nova contratação.

Relembre o caso

O Ipasgo Saúde assinou, em 1º de agosto, um contrato de R\$ 9 milhões, sem licitação, o escritório Lara Martins Sociedade de Advogados, do presidente da OAB-GO, Rafael Lara, para "prestação de serviços jurídicos para gestão do litigioso cível, trabalhista e contencioso administrativo" pelo período de três anos.

Segundo o Ipasgo, na justificativa da contratação, há cerca de 2,5 mil ações em curso atualmente.

Perguntado sobre o contrato de R\$ 9 milhões com o Ipasgo, o presidente da OAB, Rafael Lara desdenha da advocacia goiana. "Quais outros escritórios têm expertise em gestão de massa, de uma carteira de 2,5 mil processos, e especialidade em saúde? Só o meu junta esses dois fatores", afirmou Lara ao jornal O Popular.

Site: <https://jusreal.com.br/2023/08/16/caiado-sinaliza-que-nao-corrupcao-e-cancela-contrato-de-r-9-milhoes-com-escritorio-de-rafael-lara/>